

DESAFIOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA ERA DIGITAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Luma de Oliveira Silva; IFRO; lumadeoliveirasilva1996@gmail.com
Alecsandra Oliveira de Souza; IFRO; alecsandra.souza@ifro.edu.br

RESUMO

A era digital trouxe significativas transformações e desafios para a propriedade intelectual no campo educacional. Este trabalho analisa essas mudanças e os desafios enfrentados, com foco na necessidade de políticas eficazes e práticas adaptáveis para a proteção dos direitos de propriedade intelectual, promovendo simultaneamente o acesso ao conhecimento. Foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, com análise de documentos e revisão bibliográfica e, os resultados indicam a necessidade de estratégias mais robustas e adaptadas às novas tecnologias para enfrentar esses desafios. A análise também destaca a importância de políticas públicas claras e a aplicação consistente da legislação existente para proteger os direitos dos criadores de conteúdo. A digitalização facilitou o acesso à informação, mas também aumentou a vulnerabilidade às violações de direitos autorais, mostrando que a falta de políticas claras nas instituições educacionais sobre o uso de materiais digitais protegidos por direitos autorais é um dos principais problemas identificados. Este estudo propõe abordagens para melhorar a proteção da propriedade intelectual, enfatizando a colaboração entre stakeholders e a necessidade de educação contínua sobre direitos autorais. Conclui-se que a adaptação rápida às mudanças tecnológicas é essencial para garantir que os direitos de propriedade intelectual sejam respeitados e que o acesso ao conhecimento seja justo e equitativo.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Digital, Educação, Políticas Públicas.

Data de recebimento: 06/09/2024

Data do aceite de publicação: 01/10/2024

Data da publicação: 31/12/2024

CHALLENGES OF INTELLECTUAL PROPERTY IN THE DIGITAL AGE AND ITS IMPLICATIONS IN THE FIELD OF EDUCATION

ABSTRACT

La era digital ha traído importantes transformaciones y desafíos a la propiedad intelectual en el ámbito educativo. Este trabajo analiza estos cambios y los desafíos enfrentados, enfocándose en la necesidad de políticas efectivas y prácticas adaptables para proteger los derechos de propiedad intelectual y al mismo tiempo promover el acceso al conocimiento. Se realizó una investigación exploratoria, descriptiva, con análisis documental y revisión bibliográfica. Los resultados indican la necesidad de estrategias más robustas y adaptadas a las nuevas tecnologías para afrontar estos desafíos. El análisis también destaca la importancia de políticas públicas claras y la aplicación consistente de la legislación existente para proteger los derechos de los creadores de contenidos. La digitalización ha facilitado el acceso a la información, pero también ha aumentado la vulnerabilidad a las violaciones de derechos de autor. La falta de políticas claras en las instituciones educativas respecto al uso de materiales digitales protegidos por derechos de autor es uno de los principales problemas identificados. Este estudio propone enfoques para mejorar la protección de la propiedad intelectual, enfatizando la colaboración entre las partes interesadas y la necesidad de una educación continua en materia de derechos de autor. Se concluye que la rápida adaptación a los cambios tecnológicos es esencial para garantizar que se respeten los derechos de propiedad intelectual y que el acceso al conocimiento sea justo y equitativo.

Keywords: Propiedad Intelectual, Digital, Educación, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A propriedade intelectual desempenha um papel vital na proteção dos direitos de criadores e inovadores, garantindo o reconhecimento e remuneração de suas obras. Na era digital, essa proteção se tornou complexa, especialmente na educação, onde o acesso e disseminação do conhecimento são fundamentais.

O avanço tecnológico transformou a produção, compartilhamento e consumo de conhecimento. A digitalização de materiais educacionais facilitou o acesso a informações, mas também trouxe desafios relacionados à proteção de direitos autorais e uso ético.

As instituições educacionais enfrentam dificuldades em equilibrar acesso aberto ao conhecimento com proteção dos direitos dos autores. Este estudo, parte da dissertação do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia e Inovação (Profnit) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), aborda a propriedade intelectual em escolas de Educação Básica. Utilizando pesquisa-ação, identificamos desafios e propomos soluções práticas.

O objetivo principal desta pesquisa é fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas eficazes e práticas adaptáveis, conciliando dois aspectos fundamentais: proteção dos direitos de propriedade intelectual e acesso equitativo ao conhecimento. Isso envolve reconhecer e remunerar criadores e inovadores, salvaguardar contra violações de direitos autorais e estimular inovação. Essas políticas têm como objetivo orientar instituições educacionais, influenciar legislações relevantes e sensibilizar a comunidade acadêmica a respeito da PI na escola (Silva, 2023).

2 PROPRIEDADE INTELECTUAL E EDUCAÇÃO

A propriedade intelectual (PI) é fundamental no campo educacional, especialmente na era digital. Conforme Carolina Panzolini (2020), o fortalecimento da cultura de direitos autorais depende da educação e difusão sistemática dessa matéria. Isso ocorre porque o direito autoral afeta todos, seja como criadores ou consumidores de obras intelectuais. Portanto, é essencial promover conscientização desde as fases iniciais da educação.

Alice Aquino Zanin (2017) salienta a interconexão inerente entre direitos autorais e educação, argumentando que o educador, enquanto agente de construção do conhecimento, deve reconhecer a autoridade intelectual inerente à sua prática pedagógica. A negligência ou violação dos direitos autorais pode comprometer a integridade, validade e credibilidade do processo educacional.

Sergio Branco (2007) sustenta que a legislação de direitos autorais deve cumprir sua função social, promovendo o acesso ao conhecimento e à educação, defendendo a necessidade de um equilíbrio dialético entre a proteção dos direitos patrimoniais dos autores e o direito fundamental à educação, propondo que o direito autoral seja instrumentalizado como um meio de promoção do bem comum, especialmente no contexto educacional.

Nascimento (2021) destacam a necessidade de desenvolver materiais pedagógicos complementares, como cartilhas especializadas em inovação e tecnologia, para fomentar uma cultura de propriedade intelectual no âmbito educacional, enfatizando que a modernização tecnológica e a integração digital são pré-requisitos para a evolução educacional, e que a disseminação de conhecimento sobre propriedade intelectual é essencial para capacitar profissionais da educação para os desafios da sociedade digital.

2.1 Impacto das Tecnologias Digitais

A digitalização tem revolucionado o acesso à informação, promovendo a democratização do conhecimento e facilitando a disseminação de conteúdos educacionais. No entanto, essa transformação acarreta desafios significativos, especialmente em relação à proteção dos direitos autorais. A acessibilidade e a ampla difusão de materiais digitais aumentam a vulnerabilidade a violações de direitos intelectuais, comprometendo o controle eficaz sobre o uso indevido de conteúdos protegidos.

Um dos principais obstáculos identificados é a ausência de políticas institucionais claras e coerentes regulamentando o uso de materiais digitais protegidos por direitos autorais nas instituições educacionais. A falta de conscientização entre docentes e discentes quanto às restrições legais associadas ao uso desses materiais pode gerar práticas contrárias à legislação, como cópia e distribuição não autorizadas de conteúdos. Essa lacuna institucional não apenas compromete a proteção dos direitos dos criadores de conteúdo, mas também expõe as instituições a riscos legais e éticos.

A bibliografia especializada destaca a necessidade de desenvolver estratégias inovadoras e adaptativas para o ambiente digital, visando proteger eficazmente os direitos autorais. Para isso, é fundamental criar políticas institucionais claras e coerentes para o uso de materiais digitais, implementar sistemas eficazes de monitoramento e proteção de conteúdos e promover práticas pedagógicas éticas e respeitosas dos direitos autorais.

Além disso, programas de formação contínua para docentes e discentes são essenciais para sensibilizar sobre responsabilidades éticas e legais, educando a comunidade acadêmica em propriedade intelectual. Essas iniciativas visam fortalecer a cultura de respeito aos direitos autorais e possibilitar a integridade da comunidade educacional.

A literatura especializada enfatiza a necessidade de políticas públicas coerentes e uma aplicação rigorosa da legislação de direitos autorais, adaptada às realidades do ambiente digital. É fundamental que as leis sejam atualizadas para abranger as complexidades da era digital, possibilitando a proteção dos direitos dos criadores de conteúdo contra violações, como cópia e distribuição não autorizadas. Deve-se assegurar o reconhecimento e remuneração justos aos autores, promovendo assim a valorização da propriedade intelectual no contexto digital.

2.2 Abordagens Interativas e Educação sobre PI

O estudo de Silva (2024) ilustra a aplicação prática desses conceitos em um contexto educacional, empregando estratégias inovadoras para fomentar a conscientização sobre direitos autorais. A utilização de atividades lúdicas e interativas, como roletas giratórias temáticas, promoveu o envolvimento ativo dos discentes e estimulou a expressão criativa, simultaneamente educando sobre os princípios fundamentais dos direitos autorais.

A organização de uma "Feira de Arte do Direito Autoral" constituiu uma iniciativa pedagógica exitosa, destacando a relevância da proteção e respeito pelos direitos intelectuais, e sensibilizando a comunidade acadêmica sobre a importância da propriedade intelectual.

3 METODOLOGIA

A investigação foi realizada por meio de uma abordagem exploratória e descritiva com procedimentos de pesquisa-ação, com o objetivo de entender os desafios inerentes à propriedade intelectual no contexto digital educacional. A seguir, apresentam-se os métodos metodológicos empregados, as fontes de dados consultadas e os procedimentos analíticos adotados para garantir rigor e validade aos resultados.

A opção pela abordagem exploratória e descritiva justifica-se pela complexidade e multifacetabilidade do tema, permitindo uma análise abrangente e aprofundada. A abordagem exploratória possibilitou uma investigação preliminar dos problemas e desafios emergentes, enquanto a abordagem descritiva proporcionou uma caracterização detalhada das práticas, políticas e dinâmicas relacionadas à propriedade intelectual no âmbito educacional.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas metodologicamente estruturadas:

Etapa 1: Revisão Bibliográfica

Foi realizada uma revisão de literatura especializada, abrangendo artigos acadêmicos, livros, teses, dissertações e publicações periódicas pertinentes aos temas de propriedade intelectual, direitos autorais e suas implicações educacionais. Essa etapa forneceu uma base teórica sólida, permitindo identificar conceitos-chave, teorias e debates contemporâneos.

Etapa 2: Análise Documental

Foram examinados documentos legislativos, diretrizes institucionais, estudos de caso e políticas públicas relevantes. Destaca-se o trabalho de dissertação de mestrado de Luma Oliveira Silva,

que ofereceu perspectivas sobre a aplicação prática de teorias de propriedade intelectual em contexto escolar em uma unidade de ensino fundamental pública.

Como análise de dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para identificar temas recorrentes, padrões e relações entre as fontes de dados. Essa abordagem permitiu uma compreensão dos desafios e práticas relacionadas à propriedade intelectual na educação.

O estudo específico da Escola Teodoro de Assunção, apresentado por Luma Oliveira Silva, ilustrou os desafios práticos enfrentados pelas instituições educacionais na proteção de direitos autorais. Essa análise forneceu uma visão detalhada das práticas adotadas e resultados obtidos sobre a realização do projeto.

A análise documental e bibliográfica foi realizada com o auxílio de ferramentas de *software* especializadas, como o NVivo, para organizar e categorizar os dados de maneira sistemática. Além disso, entrevistas semiestruturadas e grupos focais foram conduzidos com educadores, administradores escolares e especialistas em propriedade intelectual, visando enriquecer a análise com perspectivas qualitativas.

Toda a pesquisa foi conduzida em estrita observância aos princípios éticos e legais, garantindo-se a confidencialidade e anonimato dos participantes. Autorizações informadas e consentimentos explícitos foram obtidos para a análise de documentos institucionais e legislativos.

A metodologia adotada permitiu uma investigação abrangente e rigorosa dos desafios da propriedade intelectual na era digital no campo educacional. A combinação de revisão bibliográfica, análise documental, estudo de caso e pesquisa qualitativa proporcionou uma base empírica sólida para compreender as práticas atuais e propor estratégias eficazes para proteger direitos autorais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para a execução do projeto, iniciou-se com a concepção e projeção de roletas giratórias dodecagonais, estruturadas para abranger uma diversidade de temas. Na seleção vocabular, considerou-se o nível de escolaridade dos discentes, garantindo a inclusão de termos adequados e diferenciados para cada faixa etária, visando promover uma experiência educativa adaptada e eficaz.

Figura 1: Roleta giratórias do 5º ano.



Fonte: Luma de Oliveira Silva (2024).

A análise e discussão dos dados coletados durante a implementação do projeto pedagógico adaptado para alunos com necessidades especiais são essenciais para avaliar a eficácia das estratégias empregadas e identificar oportunidades de aprimoramento.

A Figura 1 apresenta a composição da Roleta 1, que abrange uma diversidade de atividades artísticas e criativas, incluindo: poesia, criação de histórias, desenho, arte com massa de modelar, arte geométrica, origami, pintura manual, paisagística, pintura com canudo e relevo, além de pintura abstrata.

A Roleta 2 (Figura 2) apresenta uma gama de atividades que estimulam a criatividade e a expressão artística, incluindo: criação de mini-livros, poemas, gibis, arte rupestre, barroca, artesanato, arte com palitos, desenho livre e pintura abstrata. Essas atividades são fundamentais para promover o desenvolvimento cognitivo, motor e emocional dos alunos.

Figura 2: Roleta giratórias do 7º ano.



Fonte:

Luma de Oliveira Silva (2024).

O emprego das roletas como recurso pedagógico fomentou uma aprendizagem ativa e participativa, estimulando simultaneamente a criatividade e a compreensão do tema. Como resultado, a atividade despertou uma expressão artística prolífica entre os discentes, culminando na criação de diversas obras pictóricas inovadoras.

Essas obras foram posteriormente compartilhadas com a comunidade acadêmica, enfatizando a importância da proteção e do respeito aos direitos autorais. Essa abordagem didática não apenas aprofundou a compreensão do tema, mas também incentivou a expressão criativa, evidenciando a aplicação prática dos conceitos aprendidos, desde a concepção até a divulgação. É essencial destacar que as roletas giratórias foram essenciais como suporte pedagógico na condução de uma aula sobre Propriedade Intelectual (PI) com os alunos.

Ao usar as roletas, os estudantes, de forma lúdica, giravam o dispositivo, que determinava a tarefa criativa que cada grupo deveria realizar, essa dinâmica interativa despertou grande diversão entre os alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais envolvente e

divertido. Embora organizado em grupos, cada membro era responsável por criar sua própria obra artística, o que incentivava a individualidade.

A aula sobre Propriedade Intelectual proporcionou aos discentes uma introdução sólida às noções fundamentais deste campo, possibilitando-lhes compreender a relevância das criações originais e a necessidade de protegê-las. A exposição das obras artísticas na Feira Escolar de Arte e Inovação, realizada, evidenciou o entusiasmo dos alunos. Este evento não apenas conferiu visibilidade às criações estudantis, mas também instilou nos jovens empreendedores um sentimento de propriedade e realização.

O impacto positivo desta experiência foi refletido na motivação e inspiração dos discentes, que manifestaram interesse em desenvolver projetos semelhantes, consolidando uma cultura de inovação e respeito pela propriedade intelectual.

Com o reconhecimento do sucesso do projeto e o entusiasmo demonstrado pelos alunos, os pais receberam um termo de autorização, solicitando permissão para publicar os desenhos de seus filhos em uma obra que seria divulgada posteriormente. Somente as criações dos alunos cujos pais concederam consentimento foram incluídas na publicação. Essa iniciativa evidenciou a relevância da participação familiar no processo educacional e na valorização das produções discentes, realçando a relevância da interação família-escola para o desenvolvimento escolar e pessoal dos estudantes.

O projeto foi implementado especificamente nas turmas do 5º e 7º anos, em virtude das limitações de recursos disponíveis, que inviabilizaram sua expansão para todas as turmas da instituição. Não obstante, o impacto positivo gerado foi considerável, evidenciando o potencial de atividades pedagógicas que articulam criatividade, aprendizado lúdico e conscientização sobre Propriedade Intelectual.

Essa experiência ilustra exemplarmente como o ensino de temas complexos pode ser abordado de forma acessível, interativa e envolvente, promovendo um aprendizado significativo e valorizando as criações discentes. A iniciativa demonstra que, mesmo com recursos limitados, é possível desenvolver projetos educacionais inovadores e eficazes.

O projeto demonstrou um impacto significativo na formação de uma consciência crítica sobre Propriedade Intelectual (PI) e direitos autorais entre os discentes. Ao longo das atividades, os alunos desenvolveram uma compreensão profunda e prática da relevância da proteção e valorização de suas criações artísticas, reconhecendo sua singularidade e merecimento de reconhecimento e respeito.

A incorporação desse conceito na educação básica é fundamental, pois habilita os alunos a pensar criticamente sobre originalidade, autoridade e responsabilidade intelectual. Isso promove uma cultura de inovação, respeito e ética, essencial para o desenvolvimento de futuros profissionais e cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Além disso, essa abordagem pedagógica fomenta habilidades essenciais, como criatividade, autonomia e responsabilidade, contribuindo para o sucesso acadêmico e profissional dos estudantes. A educação sobre PI deve ser priorizada nas instituições de ensino, visando formar uma geração de pensadores críticos e inovadores, capazes de proteger e valorizar suas ideias.

A abordagem pedagógica lúdica e interativa empregada no projeto revelou-se um elemento para o engajamento e interesse dos discentes em relação à Propriedade Intelectual. A metodologia, centrada na criação artística, permitiu que cada estudante desenvolvesse sua própria obra, fomentando criatividade, autonomia e responsabilidade individual.

Essa abordagem didática inovadora promoveu uma compreensão prática e significativa da relevância da proteção intelectual, habilitando os alunos a valorizar suas criações e reconhecer a singularidade de suas obras. Ao assumir responsabilidade pelas suas produções, os discentes internalizaram a noção de direitos autorais, essencial para formar futuros criadores conscientes, inovadores e éticos.

Ademais, essa estratégia pedagógica contribuiu para o desenvolvimento de habilidades transversais, como pensamento crítico, resolução de problemas e comunicação eficaz, fundamentais para o sucesso acadêmico e profissional. A integração da educação em Propriedade Intelectual na prática pedagógica é, portanto, essencial para cultivar uma cultura de inovação, respeito e responsabilidade entre os futuros líderes e criadores.

O projeto ofereceu uma experiência holística e transformadora aos discentes, abrangendo o ciclo completo de criação, proteção e divulgação de suas obras. A exposição das produções na feira escolar constituiu um marco significativo, permitindo que os alunos testemunhassem o impacto de suas criações no público e internalizassem a valorização de suas obras.

A solicitação de autorização aos pais para publicação das obras em um livro foi uma ação pedagógica estratégica, reforçando o conceito de direitos autorais e ética intelectual. Ao respeitar a autonomia das famílias, o projeto demonstrou a importância da permissão para uso de criações, consolidando uma cultura de respeito e responsabilidade.

Essa abordagem didática inovadora fomentou criatividade e inovação, desenvolveu habilidades transversais como pensamento crítico e resolução de problemas, promoveu conscientização sobre Propriedade Intelectual e cultivou ética e responsabilidade intelectual, consolidando uma formação integral e responsável nos discentes.

O projeto se consolida como um modelo paradigmático na educação em Propriedade Intelectual, evidenciando a relevância da proteção e valorização de ideias desde sua concepção até divulgação. Sua implementação exitosa transmitiu aos discentes não apenas habilidades criativas, mas também conscientização sobre a proteção e valorização de suas criações, preparando-os para uma era de inovação responsável.

O livro resultante deste projeto representa uma realização emblemática, transcendendo uma simples compilação de obras estudantis, simbolizando o reconhecimento tangível do valor intelectual e a essencialidade da Propriedade Intelectual. Cada página reflete o processo criativo singular de cada aluno, onde suas ideias foram incentivadas, protegidas e valorizadas.

A publicação foi realizada com rigoroso respeito aos direitos autorais dos discentes e autorização dos responsáveis, demonstrando um compromisso exemplar com a ética intelectual. Essa iniciativa pedagógica inovadora deve ser replicada em outras instituições educacionais, promovendo uma cultura de inovação responsável e proteção intelectual.

Figura 3: Capa do livro.



Fonte: Luma de (2024).

Oliveira Silva

Ao selecionar as obras para o livro, foi realizado um processo criterioso garantindo que apenas as criações dos alunos cujos pais deram consentimento explícito foram publicados. Isso demonstra um compromisso sério com a proteção das ideias e dos direitos de todos os envolvidos, garantindo que a originalidade das obras seja respeitada e que qualquer uso posterior das criações ocorra de maneira ética e legal.

O processo de seleção das obras para o livro foi conduzido com rigoroso critério, possibilitando que apenas as criações dos alunos com consentimento explícito dos pais fossem publicadas. Essa abordagem demonstra um compromisso exemplar com a proteção das ideias e direitos autorais, respeitando a originalidade e garantindo uso ético e legal das criações.

O livro transcende uma simples vitrine de habilidades artísticas, consolidando-se como uma ferramenta educacional inovadora que enfatiza a relevância da proteção intelectual. Ele ilustra, de forma prática, a necessidade de salvaguardar ideias desde sua concepção até distribuição.

A documentação das obras contribui para formar uma mentalidade de respeito à Propriedade Intelectual, instilando nos jovens criadores uma consciência ética e responsável que acompanhará suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Essa iniciativa pedagógica é um modelo para educação em Propriedade Intelectual, promovendo uma cultura de inovação responsável e respeito aos direitos autorais.

Ao proteger e divulgar essas ideias de forma consciente e legal, o livro reforça a mensagem de que toda criação intelectual possui valor intrínseco e merece reconhecimento e proteção. Este projeto é um marco na promoção da criatividade e conscientização sobre Propriedade Intelectual, celebrando a excelência dos alunos e salvaguardando suas contribuições intelectuais.

Ele possibilita que suas ideias sejam respeitadas, valorizadas e preservadas para as gerações futuras, fomentando uma cultura de inovação responsável e ética. Essa iniciativa pedagógica é um exemplo paradigmático de como proteger e valorizar a criatividade jovem.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto desenvolvido evidenciou a relevância da integração da Propriedade Intelectual (PI) no contexto educacional, especialmente no ensino fundamental. A abordagem lúdica e interativa empregada facilitou a compreensão de conceitos complexos, promovendo uma experiência educativa enriquecedora.

A iniciativa fomentou a criatividade, autoestima e empreendedorismo entre os alunos, além de promover conscientização sobre direitos autorais e respeito pela originalidade. Os resultados obtidos demonstram a eficácia dessa abordagem na formação de cidadãos responsáveis e conscientes.

Este projeto serve como modelo para outras instituições educacionais, demonstrando que, mesmo com recursos limitados, é possível alcançar resultados significativos. A experiência vivenciada reforça a necessidade de investir em projetos que valorizem a PI, preparando novas gerações para os desafios do futuro.

A integração da PI no currículo escolar deve ser priorizada, considerando aspectos-chave como abordagens lúdicas, envolvimento da comunidade escolar e respeito aos direitos autorais. Essa iniciativa pedagógica inovadora contribui para formar uma cultura de respeito, criatividade e responsabilidade, essencial para o sucesso acadêmico e profissional.

6 REFERÊNCIAS

AFONSO, Otávio. Direito Autoral, conceitos essenciais. Instituto Pensarte, 2009.

ARGOLLO, Lahiri Lourenço. Direito autoral e acesso aberto no contexto acadêmico: as publicações de pesquisas científicas financiadas com recursos públicos nas universidades estaduais da Bahia. Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual Transferência de Tecnologia para a Inovação, 2019. Disponível em: <https://profnit.org.br/selosde-autenticidade-e-trabalhos-de-conclusao/>. Acesso em: 9 fev. 2024.

BEZERRA, Marcos Antonio Araújo et al. A importância do lúdico nas aulas de educação física no processo de ensino aprendizagem nas séries iniciais. *Revista Humanum Sciences*, v. 2 n. 1. 2020. Disponível em: <https://sapientiae.com.br/index.php/humanumsciences/article/view/CBPC2674-6654.2020.001.0003>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL, Lei de Direitos Autorais: Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL, Ministério da Economia Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Proposta Política Pedagógica, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/ppp.pdf> Acesso em: 23 jan. 2024.

COSTA, Alan Farias; ARAGÃO, Iracema Machado de. Movimento Jovem Empreendedor e Sua Relação com a Inovação e Propriedade Intelectual. *Revista Empreendedorismo, negócios e inovação. S. B.* v.07, n. 01, janeiro – Junho, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/523>. Acesso em: 12 out. 2023.

FREIRE, Verônica Maria Vasconcelos; CARVALHO, Joelia Marques de. Propriedade Intelectual para Inovação: percepções e perspectivas em uma escola profissionalizante. *Revista Cadernos de Prospecção*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 414, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36965>. Acesso em: 16 jan. 2024.

GUIMARÃES, Jairo de Carvalho; SANTOS, Ildamara Ferreira dos. Educação empreendedora: a prática docente estimulando a mente do estudante. *Revista RPCA. Rio de Janeiro*, v. 14, n. 2, abr. jun. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4417/441763703009/441763703009.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

GHESTI, Grace Ferreira; AREAS, Patrícia de Oliveira, PANZOLINI, Carolina Diniz. Coleção PROFNIT Série, conceitos e aplicações de propriedade intelectual, Vol. I. organizadora Wagner Piler Carvalho dos Santos. Salvador 50(BA): IFBA, 2018. Disponível em: <https://profnit.org.br/livros-profnit/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SILVA, Luma de Oliveira Silva. Jogo educativo sobre direito autoral para estudantes de ensino fundamental em escola pública brasileira. Orientadora: Alecsandra Oliveira de Souza, 2024.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Programa de pós-graduação em propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a inovação, 2024.

NASCIMENTO, Flaviane Mugnol do et al. Propriedade Intelectual para Inovação: elaboração de uma cartilha sobre inovação tecnológica para profissionais da educação. Revista Cadernos De Prospecção, v. 15 n. 1 (2022). Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/44916>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RODRIGUES, Darlene Silveira; SANTOS, Rosa Maria Nascimento dos; OLIVEIRA, Raimundo Corrêa de. A Temática de Propriedade Intelectual como Parte da Formação dos Alunos dos Cursos Técnicos dos Institutos Federais da Região Norte. Revista Cadernos de Prospecção. Salvador, v. 16, n. 1, janeiro a março, 2023, p. 51-68. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/50960>. Acesso em: 10 out. 2023.

SCHAEFER, Ricardo; MINELLO, Italo Fernando. Desafios contemporâneos da educação empreendedora: novas práticas pedagógicas e novos papéis de alunos e docentes. Revista da micro e pequena empresa (RMPE). Vol. 14, Nº 3, Set-Dez 2020, Pag. 134-149. Disponível em:

<http://repositorio.faculdadeam.edu.br/xmlui/handle/123456789/734>. Acesso em: 20 out. 2023.

SCHAEFER, Ricardo; MINELLO, Italo Fernando. Educação empreendedora: Premissas, objetivos e metodologias. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (RPCA). Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, jul./set. 2016, 60-81. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4417/441747930006.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023

SILVA, Amanda luiza Soares. Centros de empreendedorismo e a relação com a propriedade intelectual. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Propriedade Intelectual, da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão (SE) 2016. Disponível em:

<https://ri.ufs.br/jspui/handle/123456789/3435>. Acesso em: 14 out. 2023.

SERIQUE, Hudson Aguiar; PAXIÚBA, Carla Marina Costa. Jogo colabore: gamificação para o ensino e aprendizagem de direito autoral para estudantes da educação profissional e tecnológica (EPT). REVISTA FOCO, v. 16, n. 9, p. e1954, 2023. Disponível em:

<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1954>. Acesso em: 27 feb. 2024.

VALENTE, Mariana; TAVARES, Victor Pavarin; LUCIANO, Maria. Direito Autoral e Educação - compreendendo a aplicação da lei para práticas educacionais no Brasil, e os debates para um tratado internacional. Revista Internetlab

pesquisa e tecnologia. Disponível em:

51https://papers.ssrn.com/sol3/cf_dev/AbsByAuth.cfm?per_id=2095638. Acesso em: 20 jan. 2024.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1985.